

Urgência para aprovar o SNS

Com base no termário da V Conferência Nacional de Saúde, comentava-se ontem no Ministério da Saúde que a pressa do presidente Geisel em aprovar a lei que institui o Sistema Nacional de Saúde e a liberação da verba de 300 milhões para programas especiais, semana passada, foi motivada pela proximidade de Conferência, a ser realizada dos dias cinco a oito de agosto próximo.

Recentemente, Almeida Machado chegou a antever mudanças na regulamentação do setor saúde a partir de conclusões chegadas na V Conferência e os temas a serem abordados — Sistema Nacional de Saúde, Programa de Saúde Materno-Infantil, Vigilância Epidemiológica, Controle das Grandes Endemias e Extensão das Ações de Saúde às Populações Rurais — refletem a atualização e dinâmica que Almeida Machado pretende dar ao setor saúde. Segundo a nota divulgada ontem pelo ministério, a V Conferência será importante para aperfeiçoar os programas nacionais e integrar os órgãos participantes do Sistema Nacional da Saúde.

Os três últimos itens do termário — Vigilância Epidemiológica, Controle das Grandes Endemias e Extensão das Ações de Saúde às Populações Rurais — são constantes da "Programação Especial" e concentram-se, basicamente, na

vigilância de portos e aeroportos e postos de notificação; controle da esquistossomose, bôcio, leishmaniose, malária e meningite; e interiorização da saúde, a nível comunitário e habitacional. Quanto aos debates em torno do Sistema Nacional de Saúde e do Programa de Saúde Materno-Infantil, deverão estar voltados para a definição dos campos de atuação de cada ministério e para uma reavaliação dos projetos destinados às gestantes e crianças de zero a um ano.

A V Conferência Nacional de Saúde estará sediada no Palácio do Itamaraty e sua aprovação foi efetivada pelo presidente Geisel a 25 de fevereiro deste ano. A lei que institui a Conferência Nacional de Saúde é de janeiro de 1937 e dispõe sobre a sua realização para cada dois anos, mas, até o momento, somente quatro conferências ocorreram, sendo a última no Rio de Janeiro, em 1967. Participarão da V Conferência os membros do Conselho Nacional de Saúde e dirigentes de órgãos e entidades subordinados ao MS, um representante de cada um dos ministérios integrantes do Conselho de Desenvolvimento Social, os diretores dos serviços de Saúde das Forças Armadas e delegados de saúde estaduais e de territórios. Estará também presente o diretor da Organização Pan-Americana de Saúde, A. Cunha.

Medicamentos da Ceme agora terão controle

Um maior controle da qualidade dos medicamentos de sua linha - que abrange desde a aquisição de matéria-prima farmacêutica até o produto final entregue ao consumidor - foi instituído recentemente pela Central de Medicamentos - Ceme - através de um sistema constante de referência e vigilância.

Esse sistema de controle de qualidade é integrado pelo Instituto Adolfo Lutz, de São Paulo, e pelas Faculdades de Farmácia da Universidade do Rio Grande do Sul, da Universidade de Minas Gerais, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Fluminense e a Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo. Essas instituições estão encarregadas de aferir e retestar a qualidade dos produtos Ceme, desde os fabricados pelos laboratórios do Governo até os adquiridos da indústria privada, após sua distribuição para consumo.

As indicações e resultados obtidos por essas instituições de pesquisa orientam a Central de Medicamentos quanto à providência para a remoção de possíveis falhas de controle nos laboratórios.

Segundo a Ceme, esse trabalho lhe assegura "a tranquilidade de estar entregando à sua clientela, um produto rigorosamente controlado", item

destacado pelo presidente Geisel, no decreto que dispõe sobre a estrutura básica do órgão.

CONTROLE REGULAMENTADO

A promoção dos medicamentos da Ceme, através de laboratórios farmacêuticos oficiais - enfatizaram os técnicos - é regulamentada mediante convênio, do qual consta cláusula que exige, da unidade produtora, a disponibilidade de instalação e de equipamentos adequados, além de setor e técnicos plenamente habilitados à execução do controle e qualidade.

Salientando que "nenhum produto da Ceme é liberado para consumo antes de ser testado e aprovado pelo setor de controle de qualidade", os técnicos frisaram que cada laboratório produtor da Central de Medicamentos possui um departamento de controle de qualidade que atesta o produto desde a sua fase de matéria-prima farmacêutica até o seu final.

Cada departamento - acen-

tuararam - acompanha a elaboração do medicamento em todas as fases de operações de fabricação até ser entregue para a distribuição, reservando ainda uma amostragem de cada lote, para, periodicamente, ser testado e verificado assim, além da qualidade, a estabilidade do produto fabricado.

Vital Brasil contesta

notícias sobre vacinas

O Instituto Vital Brasil, empresa de economia mista da Secretaria de Saúde do Estado do Rio, contestou ontem as notícias de que as vacinas contra a meningite produzidas pela entidade tenham sido reprovadas pela Organização Pan-Americana de Saúde. Em nota oficial assinada pelo presidente Giuseppe Mauro, o instituto afirma que os "laboratórios de referências (no caso, o Laboratório Biológico de Bethesda, em Maryland, Estados Unidos) não aprovam ou reprovam produtos e sim aconselham, quando algum resultado é julgado insatisfatório, ao aprimoramento dos produtos básicos".

A nota afirma também que estudos "efetuados não só por técnicos e cientistas do IVB, como também por consumidores especialistas brasileiros, conforme trabalhos apresentados no XI Congresso Brasileiro de Medicina Tropical, atestam eficácia da vacina contra a meningite, fabricada pelo Instituto Vital Brasil. Segundo o IVB, 'as provas biológicas realizadas nas vacinas produzidas foram satisfatórias', segundo o relatório da Organização Pan-Americana de Saúde enviado ao

ministro Paulo de Almeida Machado, e assinado por Frederico Bresani. Além, isso, os padrões utilizados para a fabricação das vacinas foram diferentes do que o laboratório de referência usa para os exames:

"As vacinas - diz a nota - fabricadas pelo IVB foram testadas a partir de cepas de meningococos de pacientes que contrairam a doença no Brasil, e não de menigococo de amostras padronizadas pelo laboratório de Bethesda".

O ministro Almeida Machado, da Saúde, evitou fazer maiores comentários sobre os resultados obtidos pela vacina do IVB junto a OPAS: "Não é nenhum desonra - disse - um produto não alcançar o resultado ideal logo na primeira tentativa. O importante é continuar trabalhando".

O ministro anunciou ontem que a empresa mista para a fabricação de vacinas contra a meningite - com 51 por cento do Brasil e 49 por cento do laboratório Merieux, da França - já está em fase final de montagem. No momento, está se cuidando do aspecto legal da associação e a empresa funcionará nas dependências do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio.